Newsletter • 02

PROJETOS

PAPE: Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade do Tâmega e Sousa **p.2**

Reorganização do Ensino Superior Tecnológico e Profissional no Alto Alentejo **p.4**

Documento de Orientação Estratégica Beja 2020 **p.4**

Estratégia Mar Madeira 2030 **p.5**

PUBLICAÇÕES E EVENTOS **p.8**

Nota de abertura

As abordagens de desenvolvimento territorial têm beneficiado de alguma prioridade no campo dos conceitos e dos instrumentos recentes da política de coesão, afirmando as vantagens em integrar uma dimensão territorial nas políticas de desenvolvimento pela eficácia induzida pelo território, nomeadamente redistributiva, a qual não decorre da simples justaposição de investimentos setoriais.

O Acordo de Parceria Portugal 2020 *dedica uma secção específica à contextualização das perspetivas do desenvolvimento territorial integrado e apresenta um leque diversificado de instrumentos de política que deverão materializar as mesmas no horizonte 2020, com destaque para os Pactos para o Desenvolvimento e a Coesão Territorial, as intervenções de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), nas vertentes urbana, rural e costeira, e os Pactos Territoriais para a Empregabilidade.*

Ao longo dos últimos meses, o IESE tem vindo a apoiar diversas entidades do território na preparação de intervenções estratégicas e operacionais, através da elaboração de Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial e de Desenvolvimento Local (sobretudo, rural e costeiro) trabalhando com diferentes sistemas de atores, do Tâmega e Sousa, Beira Litoral e Planalto Beirão ao Alto Alentejo, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo.

Trata-se de um trabalho dinâmico e muito enriquecedor, no âmbito do qual emergem diversas dimensões-problema e desafios em presença, com destaque para a desejável mudança de paradigma de intervenção com que são confrontadas as políticas públicas locais, ainda "agarradas" a modelos de atuação autónoma e material. Mas também pelos requisitos de conceção e arquitetura das intervenções de natureza transversal e âmbito intermunicipal que deverão potenciar complementaridades e sinergias entre instrumentos de política no contexto de uma programação plurifundos, sem tradição relevante em Portugal e cujos primeiros passos se vão revelando problemáticos. Desde logo, como os exercícios práticos vêm evidenciando, pela menor sensibilidade das tutelas setoriais para esta filosofia de programação e pelo significativo desajustamento entre os requisitos/prioridades a preencher e os escassos recursos de financiamento programados e disponíveis no horizonte 2020 para as abordagens de desenvolvimento territorial integrado.

ANTÓNIO OLIVEIRA DAS NEVES

PAPE: Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade do Tâmega e Sousa

A problemática da empregabilidade tem vindo a ser integrada nas principais políticas e documentos orientadores das políticas públicas portuguesas. Neste contexto, a Região Norte, e nomeadamente a sub-região do Tâmega e Sousa, deparam-se com a necessidade de encontrar um modelo integrado de intervenção no domínio do emprego e da inclusão social, no horizonte 2015-2020, inovador e capaz de dar resposta aos ambiciosos desafios que o território enfrenta, designadamente o agravamento do desemprego, a necessidade de fixar recursos humanos e as dificuldades em responder às necessidades de qualificações das empresas das principais fileiras de atividade da sub-região.

A Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM T&S) prosseguiu o investimento iniciado com a celebração do **Pacto Territorial para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa** e com a criação da **Agenda para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa**, avançando para a elaboração do **Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade 2015-2020**, realizado com a colaboração técnica do IESE.

O **Pacto Territorial para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa** teve por finalidade promover um conjunto integrado de ações orientadas para:

- Promover a empregabilidade nos principais clusters regionais consolidados ou emergentes do Tâmega e Sousa; e
- Reforçar os mecanismos de articulação, de concertação e de comunicação entre diferentes instituições que atuam no Tâmega e Sousa, incentivando a colaboração ativa do leque de atores representativos dos sistemas de educação, de formação, do setor empresarial e dos municípios, no sentido de assegurar intervenções transversais e coordenadas sobre aquele território, em particular nos domínios do combate ao insucesso e abandono escolar; orientação vocacional; promoção da formação ao longo da vida e fomento à colaboração Escola-Empresa.

O **Plano de Ação** traduz a estratégia encontrada para concretizar um modelo integrado de intervenção nos domínios do emprego, do capital humano e da inclusão social, no horizonte 2014-2020, inovador e capaz de dar resposta aos ambiciosos desafios que o território enfrenta.

A participação do IESE neste processo assumiu como pilar estruturante o princípio da participação dos *stakeholders* mais relevantes na execução das políticas públicas do território. A concretização desse princípio possibilitou a mobilização de mais de três centenas de interlocutores, com destaque para os representantes das 11 Câmaras Municipais que compõem a CIM T&S, do IEFP e Gabinetes de Inserção Profissional, da DGEsTE-Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, de Instituições de Ensino, de Associações Empresariais e empresas das fileiras chave do território, das Associações de Desenvolvimento Local, da Rota do Românico, das 11 Redes Sociais concelhias, entre outros participantes.

Em termos operacionais, o PAPE estrutura-se em torno de três Dimensões principais: Capital Humano, Emprego e Capital Inclusivo, que se desagregam numa arquitetura de:

Esta arquitetura é ilustrada nos exemplos seguintes:

EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INICIATIVAS ÂNCORA: PROJETOS ESTRUTURANTES E PRIORITÁRIOS	PROJETOS
CAPITAL HUMANO			
Melhorar a articulação da oferta de educação/ formação e a sua aproximação às necessidades do tecido económico regional	· Implementar/ melhorar os mecanismos de informação e orientação vocacional · Melhorar a capacidade de planeamento e funcionamento da rede de oferta formativa	· Plano de Marketing das Profissões com vista a potenciar a valorização social de profissões/ fileiras-chave do T&S · Plano Diretor da Oferta Formativa e contratualização das suas diretrizes com os operadores regionais	
EMPREGO			
Combater o desemprego	· Apoiar estratégias de criação de emprego	· Rede Regional de Mentores para o aconselhamento de apoio à criação do próprio emprego	· Programa de apoio ao empreendedorismo feminino
CAPITAL INCLUSIVO			
Saúde Mental e Dependências	· Sensibilizar e combater o estigma social associado à doença mental	· Mente aberta - Mude a sua atitude face à doença mental - programa de sensibilização nas escolas	· Desenvolvimento de "*toolkits*" anti-estigma e outros recursos

A centralidade das dimensões do Emprego e do Capital Humano justificaram a realização de um Diagnóstico aprofundado sobre as dinâmicas de emprego no T&S, no qual se analisou a evolução das profissões e das necessidades de competências de cada fileira-chave. Como foi destacado pelo Presidente do Conselho Diretivo da ANQEP- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. (aquando da apresentação do PAPE), este exercício cruza-se com a intenção da ANQEP de conferir uma dimensão regional à definição de prioridades na organização da oferta de educação e formação.

A opção por alargar o âmbito do PAPE à dimensão do Capital Inclusivo (entendido como o "capital" do território em matéria de promoção das políticas de inclusão social) prende-se com o papel pioneiro desta sub-região ao nível da territorialização das políticas públicas, em particular por via do funcionamento das Redes Sociais. Esta singularidade estimulou a conceção de um Plano de Desenvolvimento Social Supra Concelhio, que vem criar um quadro de ação comum à intervenção das 11 Redes Sociais.

Reorganização do Ensino Superior Tecnológico e Profissional no Alto Alentejo

A aposta do Alto Alentejo no reforço da sua competitividade territorial confere um papel relevante às instituições dos subsistemas de formação escolar (tecnológica, profissional e superior), que por sua vez atravessam sérios desafios (redução do peso do Estado no financiamento, necessidade de encontrar fontes alternativas...), assim como as consequências inerentes à redução natural do número de alunos.

Sob este pano de fundo, a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) dinamizou a elaboração deste Estudo, no âmbito do qual se procedeu: (a) ao diagnóstico das ofertas de nível secundário, pós-secundário e superior do Alto Alentejo, com particular destaque para a análise do contributo do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP) na dinamização da oferta de competências de base regional; (b) à análise das dinâmicas de procura dirigidas ao sistema de educação e formação do Alto Alentejo e (c) à construção de cenários de reposicionamento estratégico do IPP (no contexto da reorganização da rede da oferta formativa de Ensino Superior, Tecnológico e Profissional do Alto Alentejo).

O Estudo formula um conjunto de cenários de evolução proactivos:

- *Cenário técnico-profissionalizante*, que poderá determinar a necessidade de as Instituições de Ensino Superior Politécnico privilegiarem na sua oferta formações de nível pós-secundário e mesmo de licenciatura que possam ser entendidas pelo mercado de formação como uma sequência lógica a nível de formação superior de formações vocacionais secundárias de teor profissionalizante; e
- *Cenário de reposicionamento em rede regional*, com viabilidade e credibilidade na lógica regional mais alargada do Alentejo e, sobretudo, orientada para a construção de respostas em interação com as prioridades da Estratégia Regional de Especialização Inteligente, que integre os seus principais ativos produtores de conhecimento e de qualificações de recursos humanos.

A concretização deste último cenário é equacionada no Estudo segundo diversas variantes possíveis que evoluem entre uma focagem do IPP no Alto Alentejo, uma abertura à Região (consolidando uma rede de instituições da cariz politécnico de âmbito regional) e contemplando ainda, numa versão mais proactiva, uma fusão dos IP com a Universidade de Évora, constituindo uma efetiva Rede Regional de Ensino Superior.

Documento de Orientação Estratégica Beja 2020

O Documento de Orientação Estratégica Beja 2020 visa dotar a Câmara Municipal de Beja de um instrumento de preparação do acesso aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) no período 2014-2020, através da elaboração e fundamentação de um Programa de Investimentos Municipal.

O trabalho realizado contemplou três componentes principais:

- *Visão de síntese da dinâmica concelhia*, com identificação de tendências de evolução recente do Concelho, evidenciando constrangimentos e necessidades de intervenção;
- *Quadro de Referência Estratégico*, com sistematização das principais orientações: *(i)* da Estratégia de Desenvolvimento Municipal; *(ii)* dos principais instrumentos de desenvolvimento e ordenamento de âmbito nacional e regional com relevância para Beja; e *(iii)* dos principais instrumentos de programação do próximo ciclo de investimentos cofinanciados pelos Fundos Comunitários, em particular, o POR Alentejo 2020; e
- *Programa de Investimentos de Beja para o período 2014-2020.*

Esta última componente foi estruturada em torno de 3 grandes Objetivos Estratégicos (OE):

OE 1. Promover a dinamização e competitividade da base económica concelhia e do seu território de influência prosseguindo uma estratégia de especialização e projeção internacional de Beja como polo agroalimentar e como centro económico e logístico, explorando as oportunidades oferecidas pelos principais ativos (Aeroporto, empreendimento de fins múltiplos de Alqueva, Instituições de Ensino Superior, investigação e desenvolvimento tecnológico), e atribuindo particular atenção à clusterização das atividades agroalimentares.

OE 2. Promover e afirmar Beja - capital do Baixo Alentejo, como cidade de média dimensão, com um perfil de modernidade e forte identidade regional, com elevados níveis de qualidade de vida, atrativa para viver, trabalhar e visitar.

Nesta perspetiva, propõe-se promover a regeneração urbana da Cidade, reforçar e qualificar as suas funções urbanas, promover a capacidade aglutinadora de eventos, iniciativas inovadoras e emblemáticas com visibilidade externa, bem como a sua centralidade no fomento de atividades culturais e criativas e de outros investimentos suscetíveis de induzirem mudanças na economia urbana e na base demográfica e social.

OE 3. Promover a criatividade e a inovação associadas ao aproveitamento do património, dos recursos e do conhecimento, como fatores estratégicos de desenvolvimento económico e social.

Estratégia Mar Madeira 2030

Ao longo dos últimos cinco meses, o IESE desenvolveu os trabalhos de elaboração do **Plano Referencial Estratégico Mar Madeira 2030**, nos termos do contrato celebrado com a ACIF e na sequência do Procedimento de Concurso Público lançado por esta Câmara de Comércio e Indústria da Madeira.
A abordagem metodológica adotada pelo IESE privilegiou uma perspetiva multi-método em que se destaca: (i) a análise de informação estatística; (ii) a análise de informação documental; (iii) os ciclos de entrevistas e reuniões de trabalho com entidades públicas (Administração Regional e Local), associativas e privadas; (iv) a inquirição da comunidade escolar (professores e alunos); (v) a análise de *benchmarking*, procurando capitalizar o conhecimento técnico-científico existente (nacional e global); e (vi) a realização de sessões de análise prospetiva de suporte à construção dos cenários de desenvolvimento.

Visão Estratégica

A visão estratégica para o desenvolvimento dos Recursos do Mar da Madeira foi formulada para 2020 e 2030, procurando traduzir uma perspetiva de abordagem evolutiva a qual reflete a necessidade de começar por fomentar os setores existentes da Economia do Mar (relacionados e de suporte), dentro do entendimento que apenas a consolidação gradual dos mesmos poderá contribuir para a organização, a mais longo prazo, de um *Cluster* do Mar na Região.

Visão 2020. O Mar da Madeira conseguiu atrair várias atividades e iniciativas suscetíveis de contribuir para valorizar os seus recursos (marítimos e marinhos, vivos e não vivos) e cuja consolidação potencia um Cluster de atividades, produtos e serviços geradores de riqueza e emprego a longo prazo.

Visão 2030. O Mar da Madeira apresenta uma estrutura de governação eficiente, suportada em recursos humanos qualificados e num sistema de inovação que responde às necessidades regionais, gerando relações de complementaridade entre atores e atividades na exploração sustentável dos recursos marítimos e marinhos (vivos e não vivos) da Região, contribuindo para reforçar a competitividade económica regional e a resiliência face aos riscos emergentes a nível global, incluindo os decorrentes do fenómeno das alterações climáticas.

Arquitetura de Eixos Estratégicos de Intervenção

A arquitetura do *Plano Referencial Estratégico Mar Madeira 2030* procura combinar um conjunto coeso de vertentes de atuação estruturantes, segundo o modelo seguinte.

1. *Conhecimento e Competências* [campo de intervenção do 1º Eixo Estratégico de Intervenção], enquadrando iniciativas com origem nas instituições do Sistema Regional de Inovação e dos subsistemas de Ensino e Formação Profissional, nomeadamente, em articulação de projetos e de iniciativas com entidades empresariais.

2. *Dinamização da atividade económico-empresarial* [campo de intervenção do 2º, 3.º e 4º Eixo Estratégico de Intervenção], enquadrando iniciativas com origem em entidades privadas e associativas e, pontualmente, em entidades públicas com atribuições e competências no domínio das infraestruturas, equipamentos, serviços e atividades de regulação (gestão, licenciamento, ...).

3. *Valorização de elementos de identidade marítima e territorial* [campo de intervenção do 5º Eixo Estratégico de Intervenção], enquadrando iniciativas com origem em entidades privadas e associativas (empresariais e locais) e entidades públicas dos domínios de tutela da educação, da cultura e património, do turismo,...

4. *Governação do Plano Referencial Estratégico* [campo de intervenção do 6º Eixo Estratégico de Intervenção], combinando intervenções de entidades públicas de regulação (gestão e ordenamento do espaço marítimo, redução de custos de contexto, ...) e da ACIF, também com funções de Monitorização.

Os Eixos Estratégicos de Intervenção foram desagregados por Objetivos Operacionais procurando combinar necessidades de intervenção (Medidas e Ações, predominantemente de iniciativa pública) com oportunidades económicas e outras (Projetos e Ideias de negócio, predominantemente de iniciativa associativa e privada), correspondendo a oportunidades de investimento empresarial.

ARQUITETURA DE EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

1
Promover o conhecimento, a inovação e o empreeendedorismo associado aos recursos e às atividades relacionadas com o Mar

2
Promover a diversificação e aumento do valor acrescentado na exploração de recursos marinhos (vivos e não vivos)

3
Reforçar a capacidade competitiva do setor marítimo-portuário

4
Promover a qualificação e diversificação da oferta turística regional alicerçada no recurso "Mar"

5
Valorizar a identidade marítima como ativo da Região e fator de diferenciação territorial

6
Implementar um Modelo de Governação capaz de responder aos desafios do desenvolvimento da Economia do Mar

Medidas, Ações e Projetos e Ideias de Negócio

A existência de recursos e capacidades tem alimentado um leque heterogéneo de atividades da Economia do Mar da RAM, ainda que com reduzidos níveis de estruturação das cadeias de valor, fruto da dimensão económica da Região e também de fracos índices de cooperação inter e intrassectorial.

Neste enquadramento, as prioridades de intervenção e de investimento devem centrar-se no aumento dos resultados económicos das principais cadeias de valor setoriais da Economia do Mar com expressão na Região, estimulando a interligação entre setores, fomentada e orientada por políticas públicas, a qual deverá gerar, a longo prazo, uma base de acumulação suscetível de integrar a organização de um futuro Cluster do Mar na Região.

Modelo de Governação

As responsabilidades regionais num quadro em que convergem as orientações da Política Marítima Europeia (em particular para as RUP), o Plano de implementação da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, as orientações de Lei de Bases do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional e o papel dos Recursos e Tecnologias do Mar nas prioridades da Estratégia Regional de Especialização Inteligente – implicam a necessidade de conceber um modelo adequado para responder à *heterogeneidade de desafios estratégicos e operacionais*, com vista a assegurar um desempenho institucional satisfatório, nomeadamente, nos domínios do ordenamento e gestão do espaço marítimo, da educação e literacia, do conhecimento e inovação, da atração de investimento e da promoção institucional.

A constituição de um **Conselho Coordenador para o Desenvolvimento do Mar da Madeira**, com representação de entidades públicas (designadamente, da esfera das Secretarias Regionais da Economia, Turismo e Cultura, Ambiente e Recursos Naturais e Educação), do sistema regional de investigação de inovação e empresarial (ACIF), poderá contribuir para responder a estes desafios.

OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO EMPRESARIAL (IDEIAS DE NEGÓCIO)

- TRANSFORMAÇÃO DO PESCADO [filetagem de atum, espada-preto, ...]
- COMERCIALIZAÇÃO DE PESCADO [transporte, entrega em fresco/conservação e distribuição, ...]
- PRODUÇÃO EM AQUICULTURA DE LÍRIO, XARÉU E CHERNE
- ALARGAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO A UNIDADES INDUSTRIAIS E HOTÉIS DE MÉDIA E GRANDE DIMENSÃO
- REABILITAÇÃO DE ESTALEIROS REGIONAIS DE REPARAÇÃO NAVAL
- CONCEÇÃO E REABILITAÇÃO DE PATRIMÓNIO MARÍTIMO
- CONCEÇÃO E ALIMENTAÇÃO DE PORTAIS PROMOCIONAIS DE INFORMAÇÃO DIGITAL
- ATIVIDADES DE APOIO A EQUIPAMENTOS NÁUTICOS (metalomecânica, pintura, mobiliário de madeira, ...)
- PREPARAÇÃO / CONCEÇÃO DE CONTEÚDOS (multimédia) PARA A PROMOÇÃO DA LITERACIA DO MAR (escolas e população geral)
- CONCEÇÃO DE INSTRUMENTOS DE INFORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL (brochuras, vídeos, spots, ...)
- OFERTAS DE CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NAS FILEIRAS FORMATIVAS ORIENTADAS PARA AS PROFISSÕES DO MAR
- SERVIÇOS DE CONSULTORIA ORIENTADOS PARA O EMPREENDEDORISMO NO MAR
- CONCEÇÃO DE SERVIÇOS/VALÊNCIAS NO DOMÍNIO DA SAÚDE NATURAL E DO BEM-ESTAR

PUBLICAÇÕES e EVENTOS

EMPREGO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - NOVAS ABORDAGENS, EM CONTEXTO DE CRISE

A promoção do Emprego e do Empreendedorismo Social constitui uma prioridade de agenda das políticas públicas, na procura de novas respostas para atenuar os problemas de desemprego e outras situações de desfavorecimento face ao mercado de trabalho. O Estudo, financiado pelo POAT/FSE e que teve a responsabilidade técnica do IESE, pretende acrescentar valor ao perfil de intervenção e de ativação das políticas sociais experimentadas na Região Autónoma da Madeira, propondo novos instrumentos que contribuam para organizar recursos (humanos, materiais, de financiamento...) de forma menos dependente do Orçamento Regional ou de iniciativas privadas (baseadas em organizações que visam a obtenção de lucro).
A proposta de um Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Empreendedorismo Social para a Madeira poderá favorecer uma relação Emprego/Empreendedorismo Social ainda não consumada na Região, mas potencialmente frutuosa, com base na identificação de oportunidades de negócio, em soluções de consultoria orientadas para apoiar o nascimento de iniciativas empreendedoras, e na formação de competências. A proposta de Programa assenta em 5 Eixos: (1) Rede Regional de Apoio ao Empreendedorismo Social; (2) Serviços de Apoio e Incubadora de Inovação Social; (3) Competências; (4) Financiamento; e (5) Governança. A publicação está disponível online.

ADULTOS DE BAIXA ESCOLARIDADE – NOVOS DESAFIOS PARA A APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA EM PORTUGAL

Está já disponível o **livro** e a terceira e última **Newsletter** deste Projeto, a qual apresenta as principais conclusões do Estudo e as intervenções realizadas no Seminário de Dezembro de 2014, pelos comentadores convidados: Dr. Palma Rita, Delegado Regional do Alentejo do IEFP, I.P.; Prof. Gonçalo Xufre, Presidente do Conselho Diretivo da ANQEP, I.P. e Dr. António Oliveira das Neves, Presidente da Direção do IESE. Aceda a ambos os conteúdos online, através dos links a bold

WORKSHOP OCDE REVIEW OF POLICY INDICATORS FOR PORTUGAL

O IESE participou no Workshop sobre Indicadores, promovido pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão e pela OCDE. Na sequência do evento, a OCDE divulgou o relatório *Review of Policy Indicators for Portugal* dedicado à análise dos aspetos críticos para a utilização de indicadores ao longo do ciclo de política, nomeadamente no âmbito das atividades de monitorização e avaliação. O **Relatório** está disponível online.

SEMINÁRIO "LUGAR DA CULTURA"

O interesse no desenvolvimento de práticas de avaliação de políticas, programas e projetos culturais e artísticos levou o IESE à participação no Seminário "Lugar da Cultura", nomeadamente a conferência *Que papel para a Cultura na Agenda Europeia 2015-2020*, sessão promovida pelo Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, no dia 17 de abril de 2015, no CCB.
A Cultura, as Artes e a Criatividade têm vindo a afirmar o seu contributo para a competitividade dos países e das suas economias, nomeadamente do ponto de vista dos impactos no emprego, na educação, na inclusão social e no turismo, sendo, contudo, matéria ainda incipiente no campo da avaliação das políticas públicas.

iese Instituto de Estudos Sociais e Económicos
Rua do Instituto Industrial, n.º 18, 3.º Dto
1200-225 Lisboa
Tel: 218 160 840
Fax: 218 131 373
iese@iese.pt | www.iese.pt

BY THE BOOK
Rua das Pedreiras, 16-4º
1400-271 Lisboa
Tel: 213 610 997
bythebook@sapo.pt
www.bythebook.pt